

CONJUNTURA, LUTA DE CLASSES E EDUCAÇÃO**CONYUNTURA, LUCHA DE CLASE E EDUCACIÓN****SCENARIO, CLASS STRUGGLE AND EDUCATION**

Elza Margarida de Mendonça Peixoto¹

Os artigos compilados neste Volume 8, N. 1 de *Germinal: Marxismo e Educação em Debate* trazem reflexões sobre as determinações (e em certa medida, as refletem) e as possibilidades de movimento dos trabalhadores da educação em um quadro de *crise sistêmica*² e de caráter mundial do capitalismo, no qual, as relações nacionais e internacionais tornam-se extremamente complexas e desafiadoras para qualquer projeto de manutenção da hegemonia ou sua superação. Em que medida podemos evitar arrogar um *artigo de fundo*, que, para além de restringir-se à descrição burocrática do conteúdo do número, evitando isentar-se, ao menos pontue a conjuntura a que remetem (ou sobre que calam) os artigos aqui retratados? Desafiamo-nos, sem a pretensão do esgotamento, a inventariar dados, referências, posições sobre o quadro de crise, com a angústia que marca nossas subjetividades – nestes tempos em que urge uma vanguarda que analise com atenção o quadro corrente e aponte a direção das lutas. Tempos em que há muito para prestar atenção nos movimentos de transformação em um *modo de produção*³ em crise.

Começemos por recordar que este último ciclo da *crise sistêmica* do capital deflagra-se em 2008 e tem em seu epicentro nos EUA; “arrasta consigo todos os países ligados à economia líder”, cujo impacto e profundidade em cada nação, “dependerá do grau de proximidade ou subordinação à economia estadunidense”. Este ciclo de *crise sistêmica*, permite revelar de “forma cristalina o caráter de classe do Estado e do governo” na medida em que em tempos de fartura, garante os lucros da burguesia⁴, e em tempos de desestruturação da economia, “socializa os prejuízos com os trabalhadores”⁵. No âmbito das políticas neodesenvolvimentistas do último período, este escancaramento do papel Estado expressa-se no atendimento aos interesses privados, com significativa abertura para que o capital financeirizado, a fim de materializar montantes fictícios de capital, mova-se para aplicar-se nos campos de maior demanda para os trabalhadores: as necessidades essenciais de saúde e, destacadamente, educação⁶.

Um processo predatório de garantia de recuperação e expansão das taxas de lucro, marcado, no Brasil, por ataques violentos desferidos pelo Congresso Nacional (Câmara e Senado - no uso dos mandatos adquiridos nas urnas e apoio econômico do Capital - Setores da Indústria, da Construção Civil, os Latifundiários do Agronegócio e do setor agropecuário, os Planos de Saúde) contra o emprego do

trabalho e os direitos trabalhistas conquistados no último século (desmonte da CLT com a “prevalência do negociado sobre o legislado”⁷), o aguçamento da reforma da previdência⁸, o avanço dos contratos precarizados e da retirada de direitos nos serviços públicos⁹, a proposta de expansão da jornada de trabalho¹⁰¹¹. No âmbito do assalto aos cofres públicos, o ajuste fiscal¹², que, sob o argumento do estado enxuto (mínimo para os serviços públicos e máximo para acumulação privada) impacta sobremaneira a garantia dos direitos sociais essenciais e dos serviços públicos, pelo corte contínuo de recursos para saúde e educação, pelo achatamento (na prática, congelamento) dos salários, pelo investimento na expansão do setor privado.

As faces desta crise sistêmica são múltiplas expressando-se de forma mais contundente nas guerras estimuladas pela indústria bélica. O *Heidelberg Institute for International Conflict Research (HIIK)*¹³, na 24ª Edição do relatório *Conflict Barometer – 2015*¹⁴, apresenta a dinâmica bélica, em diferentes níveis de violência, trazendo o alarmante dado de um número constante de 43 conflitos altamente violentos em todo o mundo, com 19 guerras em larga escala observadas nos 05 continentes, ocorrendo na *África Sub-Sahariana* (República Central Africana, Nigéria, Somália, Sudão), no *Meio-Oriente e Magrebe* (Afeganistão, Síria, Líbia, Turquia e Iêmen), na *Ásia e Oceania* (Paquistão e Filipinas) e nas *Américas Central e do Sul* (Colômbia, México e El Salvador)¹⁵, a barbárie – disfarçada nas mais variadas justificativas – se expressa em brutalidade e genocídio¹⁶.

No seio do encerramento de um ciclo de governos social-democratas que apostaram na reforma do capitalismo¹⁷, a pressão política na América Latina intensificou-se nos últimos anos, em um movimento que envolveu a tentativa de independência em relação ao imperialismo Norte-Americano, os esforços para integração do continente, a pressão interna e externa do capital transnacional¹⁸, especialmente aguçada com “o epicentro da crise” localizado “no coração da economia estadunidense”, cujos interesses econômicos na América Latina são resguardados em um complexo poderio econômico, político, bélico e cultural que fez-se determinante nos rumos da crise política brasileira do último período. Durante o *Encontro Internacional da América Latina e Caribe*, em sua saudação, o representante do PCB avaliava:

Na América Latina, o imperialismo está realizando uma poderosa ofensiva para resgatar o terreno perdido nas últimas décadas, em função de um conjunto de medidas tomadas pelos governos latinoamericanos como o fortalecimento do Mercosul, a criação da Unasul e Celac, além do Banco do Sul. Essas iniciativas, apesar de ainda estarem nos marcos do capitalismo, deixaram profundamente incomodados os Estados Unidos, acostumados a tratar a América Latina como uma extensão de seus interesses econômicos e políticos. Além disso, os processos de lutas populares desenvolvidos na Venezuela, Equador e Bolívia, aliados às iniciativas de integração latinoamericana, aplicaram duros reverses à política dos Estados Unidos na região.

Desde há mais ou menos uma década que o governo norte-americano vem realizando uma política contumaz no sentido de reverter o processo de integração, realizar acordos de livre comércio para ampliar sua área de influência, depor dirigentes políticos que contrariavam seus interesses e sabotar os governos mais comprometidos com uma política independente. Essa estratégia vem se somar à criação da IV Frota para intimidar os países latinoamericanos, fato que se torna mais perigoso com a construção de bases militares em vários países da região. Essa estrutura militar constitui uma terrível ameaça para os países latinoamericanos, pois possibilita intervenções em qualquer um de nossos países.¹⁹

No Brasil, um governo legitimamente eleito é interrompido e usurpado²⁰! Analisa Mauro Iasi: “A usurpação foi facilitada pela negligência”²¹. Aos fatos: as medidas de austeridade/ajuste econômico, a ofensiva moralista/obscurantista e as medidas jurídico-políticas – os três eixos²² do desfecho do ataque do

capital à classe trabalhadora no Brasil – já vinham sendo implantados de longe nos últimos 14 anos de mandatos petistas²³.

Poderia ser diferente? Rogério Castro analisa as condições em que o PT, uma vez tomada a decisão interna²⁴ de avançar – com foco nas eleições presidenciais – na direção da “conciliação de classes” – teria que governar após a vitória nas eleições de 2002. O *pacto social* trabalhadores/empresariado, representado pela candidatura Lula/José de Alencar (e por um Ministério caracterizado pelo alinhamento com o Mercado e com “bom trânsito com os movimentos sociais”), iniciar-se-ia com o acordo de respeito a “todos os contratos e leis vigentes” decorrentes do período FHC, criando um clima de “tranquilidade” no empresariado e, simultaneamente, restringindo “o campo de ação pelas mudanças a serem postas em prática pelo governo do PT a partir de 2003”, focadas em políticas de *inclusão social*. Comenta o autor:

O arranjo macroeconômico de fundo que iria possibilitar as condições para o implemento das políticas sociais acima mencionadas não iria ser promotor de maiores fissuras estruturais: a política de superávit fiscal foi mantida, a taxa de câmbio permaneceu móvel, os juros foram mantidos em patamar elevado. A conciliação de classes iria exigir menos das elites econômicas – em prol da propalada opção pela governabilidade ao invés da ruptura – do que ela poderia dar. E isso, em si, é um justo mote para críticas das mais acentuadas aos promotores da política de conciliação (numa análise rigorosamente fundada na multilateralidade dos diversos fatos condicionantes da realidade, em especial a do governo em questão, é indispensável ter em mente que, num país como o Brasil, que viu em 1964 seu presidente ser apeado do posto por sinalizar na direção de reformas sociais, uma inflexão ou ruptura mal calculada pode ter efeitos traumáticos; com tal afirmativa, por outro lado, não se busca justificar tais políticas; se faz essa consideração apenas por ser esta situação um dado objetivo da realidade, sendo ela possível de ser suprimida apenas na ideia). Não se pode deixar de considerar também que nas tratativas de alianças de apoio governamental e parlamentar determinados compromissos são permanentemente exigidos/renovados – e não se pode dispensar isso no marco maior da análise. Em geral, foram (e continuam sendo) assaz tímidas as políticas de taxaço de altas rendas, condição para o dispêndio em políticas sociais do fundo público. Este, inclusive, é um dos nós da situação atual: a política de desoneração realizada no passado recente, combinada a outros fatores, evidentemente, mais a manutenção do investimento em políticas sociais, ajuda a descrever o atual quadro fiscal²⁵.

Castro destaca os desafios objetivos enfrentados pelos quatro governos do PT ao movimentar-se no governo de coalizão: (a) concessões programáticas; (b) barganha política como solução prática²⁶ para o problema do apoio do legislativo no encaminhamento das propostas do governo no Congresso Nacional; (c) garantia do financiamento das campanhas em um país continental e sem o apoio da mídia²⁷; (d) expansão de uma corrente conservadora/reacionária que seguiu produzindo e convertendo em verdade notícias falsas²⁸. Sob estas condições o Governo empreendeu as políticas de inclusão que possibilitaram – “os fins justificam os meios” – a parca “mobilidade social” da classe trabalhadora no último período.

Os críticos deste período de políticas de inclusão social evidenciam: nunca antes na história deste país os capitalistas obtiveram tantos ganhos!! Em que pese a chorumela que trata das perdas bancárias no último período de crise, o acompanhamento dos lucros dos bancos²⁹, da construção civil³⁰, do agronegócios³¹, entre outros setores econômicos no Brasil, evidencia as imensas vantagens obtidas pelo grande capital com o governo de coalizão, envolvendo investimentos públicos, isenção de impostos (que agravaram o déficit na arrecadação, com aumento da dívida pública³²), abertura de crédito e endividamento dos trabalhadores da ativa e pensionistas, acesso à informação sobre a renda dos trabalhadores com indicadores sobre os melhores filões de Mercado, como evidencia, por exemplo, o

perfil dos dados levantados pelo IBGE. O quadro de ganhos destes setores, avançando sobre as mais variadas formas de retirada de direitos de diferentes segmentos da classe trabalhadora – sabemos a partir dos estudos de *O Capital* (MARX, 1867) – jamais será considerado suficiente pelos detentores das forças produtivas!

A classe trabalhadora espremida pela ganância capitalista representada pelo Governo de conciliação de classes³³, reage nas urnas e em greves³⁴ por todo o território Nacional. Acirra-se a luta de classes e a repressão às manifestações³⁵ – especialmente empreendidas pela juventude³⁶ e pelos trabalhadores da educação³⁷! Evidencia-se a crise de direção da classe trabalhadora. Alteram-se as referências de representatividade e o horizonte desta representação regride para parâmetros medievais³⁸!

O movimento de apoio aos Governos Lula e Dilma foi atentamente medido e controlado pelos aparelhos ideológicos de comunicação da burguesia brasileira³⁹ que – ciente do apoio financeiro aos candidaturas por parte do empresariado e da eficiência das denúncias bombásticas às vésperas das eleições – em *time* preciso, deflagra campanha de mídia contundente contra a emblemática figura de Luis Ignácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores. Entra em decadência a governabilidade do PT. O marco dessa crise de representação é a mais disputada votação do ciclo petista: o Governo Dilma Rousseff é eleito em seu segundo mandato em 2014 com 54.501.118⁴⁰ votos (51,64%) contra 51.041.155 votos (48,36%) do tucano Aécio Neves. Trata-se de uma votação expressiva da decadência do apoio e da confiança popular⁴¹ acompanhado da insatisfação dos setores econômicos que pouco se beneficiaram com a proposta de governo de coalizão capital/trabalho e têm urgência de ampliar as margens dos seus ganhos. Altera-se a composição e a correlação de forças no Congresso Nacional⁴² em uma das formações mais conservadoras de sua história, com implantação de uma agenda profundamente reacionária, envolvendo o ataque aos direitos dos trabalhadores, das mulheres e dos LGBT's.

Tensionado, o governo escolhe atender às pressões do grande capital e acirrar as medidas liberalizantes. Sob a meta de economizar 1,2% do PIB para pagamento de juros da dívida pública, o ano de 2015 inicia-se com um corte orçamentário de 7,042 bilhões só no Ministério da Educação!⁴³ De ponta a ponta do Brasil ouve-se o alerta das bases que deram o último fôlego ao governo de coalizão de classes na eleição de 2014: “Dilma não foi eleita para aplicar este Programa”! Quebra-se a possibilidade de pacto entre capital e trabalho e os interesses inconciliáveis afloram em uma agenda vertiginosa de ataques aos direitos civis, políticos e trabalhistas da classe trabalhadora. O Governo Dilma, isolado das bases que o elegeram e traído pelos partidos da base aliada, é afastado pela Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016 e, após um julgamento farsante, em 31 de agosto de 2016 recebe o *Impeachment*⁴⁴, sendo substituído por Michel Temer.

Construída a oportunidade de ultrapassagem do ciclo petista, a direita apressa-se na divulgação do plano de governo *Uma ponte para o futuro*⁴⁵ – no qual, em um evidente diálogo com o Congresso Nacional e com o empresariado, destaca-se o chamado à unidade para ajustes no aparato legislativo de forma a garantir o equilíbrio fiscal concebido como necessário à ultrapassagem da crise, toda ela remetida à má capacidade administrativa e à quebra da *responsabilidade fiscal* do último governo, decorrente do inchaço do Estado⁴⁶. O brado que ecoou em todo o país nas mais variadas ocasiões – *Fora Temer*⁴⁷ –

evidencia as profundas dificuldades com que inicia-se a gestão de um governo imputado à classe trabalhadora que só pode ter como recurso de governabilidade o uso do aparato autoritário, apenas contido em virtude da proximidade das eleições municipais.

Cientes da cilada posta pela correlação de forças que depõe o Governo do PT e, por que não dizer, desmonta o Partido dos Trabalhadores, expande-se o brado dos últimos defensores do *fetichismo* da democracia⁴⁸: Golpe contra a democracia⁴⁹!! Pergunta Castro: “Mas o que justifica esta ruptura?” Responde: “não foi da “democracia” (auto-determinada) que partiu as motivações para o farsante impeachment (ainda que determinadas intrigas e disputas tivessem seu poder relativo), mas sim, *fundamentalmente*, dos conflitos emanados da esfera econômica da sociedade”⁵⁰. Contra esta posição marxista, a esquerda que abraçou o fetichismo da democracia adjetiva de golpista todo aquele que recusa-se a alinhar-se às análises que ocultam a complexidade das relações que levaram à crise do último governo do PT e de toda a esquerda.

Em um esforço de rearticulação das bases de apoio do Governo, os setores sindicais e movimentos sociais ligados ao PT, cada vez mais minoritários, buscam o apoio popular daqueles que levaram o governo Dilma ao segundo mandato, conclamando aos trabalhadores às marchas em “defesa da democracia e contra o golpe”. Esquecem estes setores que, nos diz Mauro Iasi:

As massas, os trabalhadores, não se movem na defesa de abstrações. Esperar que saiam às ruas na defesa da “democracia” ou do “Estado de Direito” é uma ilusão. (...) a democracia não morre apenas por manobras palacianas e parlamentares, por meio de contorcionismos e oportunismos legais. A democracia agoniza quando um pedreiro é sequestrado, torturado, assassinado, e seu corpo escondido, como o corpo de Amarildo. A democracia agoniza com seu corpo arrastado por uma viatura, como o corpo de Cláudia. A democracia morre em cada jovem negro que engrossa a lista dos famigerados autos de resistência. A justiça definha quando Rafael Braga continua preso por portar um desinfetante e militantes são processados por se manifestar contra as fraudulentas obras da copa do mundo da FIFA. A democracia morre com cada casa que cai na Vila Autódromo, em cada comunidade indígena atacada por pistoleiros, em cada cidade arrasada pelas mineradoras ou pela sanha de empreiteiras. Depois de transformar a democracia numa abstração que não faz sentido para boa parte de nossa classe, não se pode esperar que as pessoas se mobilizem para defendê-la⁵¹.

Esquecem estes setores que:

As medidas empreendidas pelos usurpadores e que já haviam começado com o governo interrompido, atacam alguns dos elementos mais essenciais à vida, não na abstração de “direitos”, mas nas condições de nossa existência. Na casa para morar, na terra em que precisamos plantar, no alimento que sacia a fome, no tratamento que salva a vida, na escola que alimenta o espírito e a consciência, no trabalho e no transporte. Os jovens que ocupam as escolas, os companheiros nas ocupações urbanas e rurais, as fábricas ocupadas, artistas que ocupam o falecido Ministério da Cultura, nos mostram um caminho para substanciar a democracia, recheá-la de carne real, cor e cheiro.

Quando deixar de ser um fantasma de terno e gravata, quando beijar a boca dos oprimidos, quando marchar do nosso lado, andar de ônibus, morar na periferia, quando sofrer da violência da cidade e do trabalho, quando suar nosso suor, sangrar nosso sangue, e chorar as nossas lágrimas, quando arrancar a venda dos olhos e empunhar a espada na direção dos opressores... quem sabe, haverá muitos na defesa da democracia e os usurpadores não poderão mais se esconder sob seu manto de noite e de arbítrio⁵².

O desfecho melancólico de um período de políticas neoliberais em que a pretensão de agradar a gregos e troianos se expressou em um isolamento do último governo, encerra o ciclo petista com uma campanha de mídia e de uma justiça – também ela – que evidencia seu caráter de aparato jurídico burguês – no ataque continuado ao PT e à figura de Lula da Silva, com o objetivo de não deixar qualquer margem para recuperação do petismo nas próximas eleições⁵³.

Os ataques aos direitos trabalhistas acirram a correlação de forças Capital x Trabalho⁵⁴. Por todo o mundo, mobilizações de massa e greves gerais⁵⁵ são deflagradas ou indicadas⁵⁶, e reacendem os debates sobre a necessidade de unidade na luta contra os ataques do Capital, em articulações de caráter nacional (o PCB vai chamar o ENCLAT) e internacional. Entre os desafios, a necessidade de ultrapassar “o culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia de um individualismo exacerbado, em detrimento das formas de solidariedade e de atuação coletiva e social”⁵⁷.

É sob esta conjuntura de acirramento da luta de classes, de insatisfação generalizada dos trabalhadores, de reorganização da capacidade de luta dos trabalhadores, que são escritos os 16 artigos, 01 entrevista, 01 resenha e 04 resumos de Dissertações e Teses publicados neste número de *Germinal*.

O primeiro bloco de artigos que segue na seção *Debates*, corresponde às exposições efetuadas por alguns dos conferencistas convidados ao *VII Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo* (ocorrido entre 3 e 5 de maio de 2016, em Belém do Pará) que abordou a temática *Luta de classes e educação: teorias pedagógicas e organização para a revolução*.

Abrimos esta seção com a conferência *Educação e transformação. Um discurso de abertura*, proferida pelo filósofo português **José Barata-Moura**, na qual o catedrático da Universidade de Lisboa recorda que o tema remete a um “programa em agenda”, de registro “antigo”, que permaneça a desafiar a *qualidade* e o *sentido* do nosso viver, quando tomamos “a *carga* as *mudanças* que na configuração do *mundo* é requerido ir operando”. Abre o VII EBEM lembrando-nos que, de um lado, “o estabelecimento de uma educação adequada às necessidades (e às exigências) do momento requer “uma mudança das circunstâncias sociais””, e, de outro, “é preciso um sistema educativo adequado para efectuar “uma mudança das circunstâncias sociais””, e aqui, “o vício estará em não *trabalhar* a sério a *dialética* do *círculo* na materialidade historicamente concreta das suas vicissitudes”.

Compondo a mesa do VII EBEM, “Marxismo, Pedagogia socialista e Práticas Educativas” a conferência de **Ivo Tonet – Marxismo, Educação e Pedagogia Socialista** – nega a possibilidade de existência de uma “pedagogia socialista”. O eixo fundamental da negação de Tonet está na tese de que o que “funda” a sociedade capitalista é o “trabalho assalariado”, e que o “sujeito fundamental” da “sociedade burguesa” é “o capital”, sendo os “interesses da burguesia que determinam, fundamentalmente, a educação”. É assim que “a organização, os currículos, os métodos de ensino, os valores predominantes, os conteúdos, as relações entre educandos e educadores vigentes na escola têm como função necessária a reprodução dos interesses da burguesia”. Defende o autor que “só com a vigência efetiva do trabalho associado se poderá concretizar uma pedagogia socialista”.

Compondo a mesa “Marxismo, Educação, Movimentos Sociais e Sindicalismo”, **Celi Taffarel**, em conferência omônima, pergunta o que fazer numa conjuntura de “crise estrutural permanente do capitalismo”, marcada pelo avanço das “forças destrutivas” que atuam “sobre as forças produtivas e as relações de produção”, configurando no Brasil “o golpe de natureza imperialista, jurídico, parlamentar, epresarial, midiático” que “acentua a destruição da economia, regressão social, retrocesso nas conquistas democráticas de direitos dos trabalhadores”. Em resposta, defende que “é preciso considerar a história e as propostas pedagógicas que a classe trabalhadora veio defendendo” e “recuperar os fundamentos da

pedagogia socialista a partir da visão materialista da história”. Neste processo, o projeto educacional deve partir da crítica dos projetos históricos subjacentes às proposições progressistas e da produção de um Plano Nacional de Educação formulado pelos trabalhadores com as reivindicações dos trabalhadores.

Áurea de Carvalho Costa em “*As políticas para os trabalhadores, os movimentos sociais e a educação na conjuntura atual*”, traz um balanço da Concepção Sindical e da atuação da CSP-Conlutas nas lutas contra as medidas de austeridade e ajuste empreendidas pelo governo federal (que agravam os ataques aos direitos trabalhistas e de acesso à previdência) e contra o avanço do conservadorismo e da criminalidade contra as mulheres e a população LGBT. A autora evidencia como as medidas de austeridade do governo federal se expressaram no ataque aos direitos dos trabalhadores da educação, no cercamento da liberdade de ensino e em políticas de precarização da formação e do trabalho do professor e de desprofissionalização, com impactos para a educação básica. No quadro do agravamento da crise política, a autora ressalta a necessidade de uma reflexão classista sobre os limites da “concepção burguesa da democracia representativa, nos marcos do Estado mínimo liberal” e de aliança dos sindicatos, federações, confederações e centrais na luta, em unidade de ação, para a organização dos trabalhadores para a reação “contra a retração de direitos e a intensificação da exploração” na organização de uma greve geral. No seio destes esforços, encontra-se o Encontro Nacional de Educação (realizado em Brasília em junho de 2016, o chamado para que os educadores e intelectuais saiam dos gabinetes e vão às ruas atuar como articuladores da sociedade.

A seção *Debates* prossegue com mais três textos trazidos do VII EBEM. Em mesa omônima ao título de seu texto, *Edna Bertoldo*, em *Marxismo, luta de classes e opressões: a educação em questão*, em crítica ao revisionismo presente nas posições de Losurdo, Poulantzas e Harvey, resgata “a atualidade da concepção ontológica marxiana assentada na luta de classes, que, ao partir da análise do capitalismo na sua essência, possibilita compreender que a superação das classes sociais, da luta de classes e, por conseguinte, da desigualdade na educação, só pode se efetivar com a transformação radical da sociedade”. *João dos Reis Silva Júnior* e *Deise Mancebo*, em *Considerações sobre a Universidade (nos Estados Unidos e Brasil) e a financeirização da economia mundial*, trazem uma interessante análise quanto à mudança da natureza do trabalho dos professores nas Universidades dos EUA e Brasil, marcada pela dinâmica da economia financeirizada, que altera os parâmetros de referência daquilo que é próprio da Universidade, produzindo-se uma nova cultura que tem “no centro uma apologia da ideologia da eficiência, concretizado na diminuição do *gap* entre a ciência e a tecnologia, com a produção de inovações sociais e tecnológicas”. Os autores discutem o papel dos intelectuais que foram formados no interior desta lógica e a reproduzem e agravam, configurando-se, no quadro da “compressão temporal própria da sociedade atual”, exigida “pela economia mundial sob o predomínio do capital financeiro”, uma “correlata compressão do tempo epistêmico e neurológico do pesquisador”. As consequências desastrosas deste processo vão, para além das transformações no processo de trabalho do professor, para a conversão das Universidades em balcões de negócio do conhecimento científico que resulte imediatamente em produtos consumíveis. Por fim, compondo a Mesa “Marxismo, Concepção e Método”, *Andréa Araújo do Vale*, “procura recuperar algumas ideias” força do marxismo clássico que considera “fundamentais como balizamentos para a

“análise concreta de situações concretas””.

Entre os *Artigos* que divulgamos neste número de *Germinal*, e que a nós chegam por demanda espontânea, temos o aprofundamento das preocupações que estiveram em movimento nas mesas de debates do *II Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo*, que expressam as questões que têm ocupado à comunidade acadêmica brasileira em um conjunto de textos escritos nos últimos três anos: *A alienação da organização financeirizada*, de Luciano Cardoso; *O compromisso educacional da União, Estados e Municípios: colaboração, subordinação ou omissão*, de Nicholas Davies; *Educação Superior e Capital: quais influências, quais consequências*, de Andreliza Cristina Souza; *O comprometimento social e político do pesquisador diante da reprodução social*, de Juliana Aparecida Cruz Martins e Patrícia Laura Torriglia; *A fragmentação do ensino e a disciplinaridade (e seus prefixos)*, de Marcelo José de Souza e Silva; *Mészáros e seus contributos para a educação: algumas reflexões*, de Sayarah Carol Mesquita dos Santos e Edna Bertoldo; *A abordagem histórico-cultural na contramão da medicalização: uma crítica ao suposto TDAH*, de Maria Izabel Souza Ribeiro e Lygia de Souza Viegas; o artigo *A atualidade da Aliança Nacional Libertadora (ANL) – 80 anos depois*, de Anita Leocádia Prestes; por fim, *Educação, Práxis Emancipatória e Crise do Capital*, de Rafael Bellan Rodrigues de Souza.

Sob o impacto dos ataques à educação superior pública o conselho editorial propôs a realização da entrevista com *Reitores* das Universidades Federais. Embora tenhamos convidado 04 deles, dentre os quais, 02 de Federais da Região Sudeste, dois de Federais da Região Nordeste, apenas Roberto Leher conseguiu atender ao nosso convite. Em resposta a um roteiro amplo elaborado por Giovani Frizzo, Elza Peixoto, Maria de Fátima Pereira, Paulino Orso, Celi Taffarel, Marcelo Russo, Arlen Beltrão e João Paulo Dória, Leher nos brinda com notas instigantes – marcadas pela urgência – sobre os desafios conjunturais, que apontam em linhas rápidas os desafios postos para os que fazem a Universidade Pública. Lembrando Florestan Fernandes, Roberto Leher recorda: “a revolução não se faz na universidade. Mas a universidade deve ousar, desenvolver a imaginação e reivindicar, socialmente, o direito de sonhar”. Para isto, é preciso definir “o que é o rol da universidade e o que é pertinente às empresas”, pois, “a universidade não pode deixar de interpelar desafios que envolvem a produção material da vida, mas não pode ser ressignificada como setor destinado à prestação de serviços”.

Para o texto clássico, na esperança de que retomemos nossa capacidade de reconhecer os elementos centrais da conjuntura que possibilitam traçar planos adiante, o quadro conjuntural nos faz escolher *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*, no qual *Karl Marx* realiza primorosa análise do processo de produção das condições objetivas que levaram ao golpe de estado de Napoleão⁵⁸. Estaria aqui a possibilidade de retomada do fio, *primeiro como tragédia, depois como farsa*? Em certa medida, movem-se neste terreno o esforço de golpe e as teses que o sustentam. Nosso desafio é perceber as rotas de fuga para além do quadro conjuntural favorável aos autoritarismos.

A *Resenha* deste número vem de *João Carlos da Silva, Lidiane Maciel Mufatto e Anderson Szejczuk* que escolheram nos apresentar *Trabalho e Educação Profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT*, obra de Eraldo Leme Batista. Entre os *Resumos* de Teses e Dissertações, um importante conjunto de textos que nos possibilitam saltos na análise da conjuntura, especialmente, no âmbito da análise da correlação de forças em que desenvolvem-se as

políticas para o ensino superior no último período. De Eurelino Coelho: *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Trazemos ainda, de Alberico Francisco do Nascimento, *Educação a distância e fetichismo tecnológico: Estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil*; de Saulo Rodrigues de Carvalho, *Profissionalização docente e subordinação do trabalho educativo à lógica flexível da produção capitalista*; e de Alisson Slider do Nascimento de Paula, *A política de educação superior nos governos petistas: a inflexão da universidade ao capital*.

Em que nos ajuda, aos educadores marxistas, este conjunto de reflexões acerca dos problemas do nosso tempo, que, já de partida, repercutem desatualizados frente a uma conjuntura acelerada de desmonte das políticas educacionais vigentes até aqui, uma conjuntura que não aguarda os tempos da edição dos periódicos? Em que nos ajudam estes artigos que não estão debatendo a Base Nacional Comum Curricular⁵⁹, a Reforma do Ensino Médio⁶⁰, os PLS do ajuste fiscal e do desmonte dos serviços públicos, que não estão avaliando os impactos da reforma trabalhista ou as dificuldades de articulação das esquerdas no olho do furacão dos ataques do capital e às vésperas das eleições? A meu ver, estes textos nos desafiam a reconhecer as contradições dos últimos 14 anos, possibilitando a avaliação das condições nas quais teremos que fazer a história daqui por diante! Sem a possibilidade de despregar-nos dos pântanos pelos cabelos, como o almejava o Barão de Munhausen⁶¹, urge, na dispersão das forças em luta, realinhar-mo-nos retomando o cerne da luta de classes que se trava no nosso tempo, recordando interesses históricos da ultrapassagem da forma capitalista de produção da vida – e aqui, a partir dos artigos do VII EBEM, *Germinal* ressurgue com o Programa da Revolução, no qual a educação, ainda que não determinante, ajuda a determinar.

Uma última nota.

A análise da conjuntura também passa por reconhecer as condições objetivas em que produzimos *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Fechamos este longo editorial com uma nota sobre a produção de um periódico que se dispõe estimular os debates no campo do marxismo em tempos de *Marco Legal de Ciência e Tecnologia*⁶² que vem socorrer o capital especulativo.

Colocamos os que constróem *Germinal* a par de análise divulgada durante os *Congresso UFBA 70 Anos* e o *X Seminário Nacional do HISTEDBR*, comemorativo dos 30 anos do Grupo, no qual apresentamos um balanço histórico da Revista nos últimos 7 anos. Assinalávamos:

Considerando-se a importância dos periódicos na lógica da avaliação da Pós-Graduação Brasileira e da conseqüente estrangulada distribuição dos recursos financeiros, temos um trabalho intensificado e insano, não pago e, frequentemente, envolvendo despesas de custeio que têm sido retiradas do próprio salário dos professores (autores, avaliadores e editores), uma vez que as instituições nem sempre apresentam as condições de internet, espaço e equipamentos necessários para o processo que listamos acima. Uma parte dos baixos conceitos dos periódicos decorre da falta de infraestrutura para a sua condução, uma vez que o montante de trabalho necessário para atender aos critérios exige uma equipe mais ampla e a circulação dos editores nos eventos nacionais e internacionais. Exige recursos financeiros e editais que os destinem aos que necessitam de recursos e não aos que já os têm⁶³.

Os Editais de apoio, seguindo direção contrária a estas necessidades objetivas que apresentamos, evidenciam uma política de privilégio aos periódicos que já se encontram em condições favoráveis, em uma concepção piramidal de enquadramento aos estratos, de caráter claramente segregador e elitista. Em

uma dinâmica de concentração da produção do conhecimento que tem como meta a sua comercialização, os Editais permanecem exigindo como critério de participação a vinculação dos periódicos a indexadores como ISI (Thomson Co.), Scopus (da Elsevier), PubMed (US National Library of Medicine) ou Scielo⁶⁴.

Não podemos abrir mão de recursos públicos para a condução do processo de editoração, que demanda imensa quantidade de trabalho – denunciemos sempre: não pago, ou pago com o salário dos professores – de autores, editores, avaliadores, revisores (da língua portuguesa, inglesa, espanhola, da ABNT), formatadores, programadores de sistemas, etc. Por esta razão, apresentamos em 12/03/2014 a candidatura de *Germinal* a compor a coleção SCIELO, aceita em 24/06/2014, quando inicia-se o processo de avaliação.

Apesar de um histórico que envolve, desde junho de 2009 – publicação do nosso primeiro número, contendo as seções Debate, Artigos, Entrevista, Clássico, Resenha e Resumos de Teses e Dissertações – em sete anos, publicação de “[...] 13 números (02 números ao ano)”, sendo “42 artigos inéditos na seção *Debates* (uma média de 3,2 artigos por número), 147 *Artigos* inéditos na seção artigos (uma média de 11,3 artigos por número)”, com a participação de “215 autores que tiveram suas produções publicadas em todas as seções e 195 grupos de pesquisas de 72 Universidades – entre as quais, significativa produção vindo da UNICAMP, USP, UNESP, UNOESTE, UERJ, UFRJ, UFF, UFBA, UFAL, UFSC e UFSCAR)”. Apesar deste coletivo de pesquisadores, autores, avaliadores, editores “reconhecendo a *Germinal* como um espaço de diálogo e disseminação de sua produção”, o que se expressa no atual fluxo de mais de 70 artigos em avaliação/editoração, “04 números em processo de preparação”, o que nos possibilita “programar a ultrapassagem dos dois números ao ano, para os três números ao ano a serem divulgados nos meses de abril, agosto e dezembro”. Apesar deste imenso volume de trabalho e da imensa rede que aqui se articula; de já estarmos indexados em várias bases de dados; estamos aguardando sem sucesso há 2 anos e três meses uma resposta oficial do Scientific Electronic Library On Line – Scielo sobre a inclusão de *Germinal* naquela coleção.

A conjuntura crítica, reacionária e intolerante na qual nos encontramos apresenta-se mais desfavorável ainda ao apoio a *Germinal* com recursos públicos. É perceptível a tendência de desqualificação desta revista, seja pelas exigências cada vez mais excludentes, seja pelos limites humanos que nos alcançam no centro de um processo de intensificação e de multiplicações das funções docentes. Para além deste quadro, o acirramento dos ataques aos direitos e as demandas de organização política e militância daí advindas, vão, acertadamente, tomar a atenção dos marxistas. No ciclo de insegurança aberto com o governo que nos foi imputado, nada sinaliza a garantia das políticas que estruturam na atualidade a Pós-Graduação. Mantidas estas políticas, urge dar combate de conjunto à lógica de financiamento que coloca sob a responsabilidade individual de cada professor do ensino superior público o levantamento dos recursos para o custeio da educação. Além disso, urge que superemos a política de “triagem” dos que podem e não participar da formação do pessoal para o ensino superior público, nos cursos de Pós-Graduação. Uma dinâmica perversa que nos divide e que exige superação. Por fim, a dinâmica da Conjuntura está demandando de nós meios mais ágeis de comunicação – *Germinal* não pode deixar de se movimentar, quando placas tectônicas dão sinais de que estão se deslocando.

Pelo exposto, é evidente que o quadro conjuntural demanda dos intelectuais marxistas a clareza de que “as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado”⁶⁵. Estamos desafiados a, mais que nunca, produzir as circunstâncias que nos levarão para além do capital.

Notas:

¹ Professor Adjunto III – FACED/UFBA. Editora de *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas *Marxismo e Políticas de Trabalho e Educação*.

² A crise que envolve o conjunto do sistema capitalista – e, especialmente, os países centrais – é devastadora, profunda e de longa duração. Estamos apenas no início de um processo que envolverá a derrocada do sistema financeiro internacional tal como conhecemos hoje, queda brusca no comércio mundial, uma grande recessão, desemprego generalizado e graves tensões sociais no centro e na periferia. Por suas dimensões econômicas e financeiras, essa crise é muito maior que a de 1929, com o agravante de que atinge de maneira sincronizada o coração do sistema capitalista e torna praticamente sem efeito as tentativas de coordenação ensaiadas pelos líderes das principais economias mundiais. A crise reflete ainda um conjunto de contradições que o capitalismo vem acumulando desde a segunda metade da década de 1960 (superacumulação de capitais, financeirização da riqueza e frenesi especulativo) e que agora se expressam com rudeza explícita em toda a vida social contemporânea das nações que fazem parte do processo de acumulação mundial.

[...] essa crise não é administrável com os instrumentos clássicos de política monetária ou intervenções tópicas para recuperar a credibilidade do sistema. [...] a forma particular como a crise se apresenta atualmente (financeira, imobiliária etc.) representa apenas a ponta do *iceberg* de um problema mais de fundo, que é a superacumulação de capitais e a impossibilidade de valorize-los na esfera da produção^{2,2}

[...] Ocorre em um momento em que o capitalismo se transformou num sistema mundial completo e maduro. No período anterior à globalização, o sistema era completo apenas no que se refere a duas variáveis da órbita da circulação: a exportação de capitais e o comércio mundial. Mas ao expandir a internacionalização da produção e das finanças mundialmente, o sistema amadureceu a reprodução do capital em escala internacional e unificou globalmente o ciclo do capital, fechando assim um processo iniciado com a revolução inglesa de 1640. Essa *performance* possibilitou a constituição de um ciclo mundial único do capital, gerando uma crise sistêmica, simétrica e avassaladora, tanto nos países centrais quanto na periferia, o que impossibilita no curto prazo as possibilidades de fuga da crise para outras regiões como no passado. COSTA, E. A globalização neoliberal e as novas dimensões do capitalismo contemporâneo. Tese de Pós-Doutorado realizada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, 2002.

³ Na Carta de Marx a Annenkov – 1846, em *A ideologia Alemã – 1846/1847*, no Prefácio à *Crítica da Economia Política* de 1857, e em várias notas e no decorrer do texto de *O Capital*, Marx (e também Engels em obras como *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, ou na terceira parte de *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, após os anos 1870), fazem referência à necessidade de atenção aos nexos e contradições do movimento das forças produtivas e das relações de produção, defendendo que as representações da consciência (em diferentes níveis) refletem as contradições e a correlação de forças dos interesses em disputa entre as classes que se movimentam junto com o desenvolvimento das forças produtivas.

⁴ Os dados sobre a concentração de renda em todo o mundo são brutais! Em 19/01/2015, o Portal *O vermelho* comenta: “Segundo estudo da organização não-governamental britânica Oxfam, os recursos acumulados pelo 1% mais rico do planeta ultrapassarão a riqueza do resto da população em 2016 (...). E não é só isso. Além de concentrar praticamente toda a riqueza do planeta, esse 1% da população aumentou o seu capital de 44% do total de recursos mundiais, em 2009, para 48% no ano passado. Em 2016, esse patamar deve superar 50% se o ritmo atual de crescimento for mantido”. Por sua vez, “A maior parte da população é dona de apenas 5,5% das riquezas mundiais”. Portal *O vermelho*. *Metade da riqueza mundial está nas mãos de apenas 1% da população*. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/257365-2> Acesso em: 18/09/2016. 02h54.

Ainda que consideremos as fragilidades no processo de controle dos rendimentos no Brasil e no mundo, face às sonegações e à ocultação dos rendimentos reais de empresas e empresários, em maio de 2016 o Ministério da Fazenda divulga no Brasil o *Relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira*. Contendo dados do IRPF 2015/2014 que levam à conclusão de que “o País possui um nível de desigualdade elevado quando comparado com outros países em mesmo estágio de desenvolvimento” com um índice de Gini que variou para menos entre 2004 a 2014, na proporção de 0,545 em 2004 a 0,490 em 2014. Ministério da Fazenda. *Relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira*. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-contudos/publicacoes/relatorio-sobre-a-distribuicao-da-renda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf> Acesso em: 18/09/2016. 03h07.

⁵ COSTA, Edmilson. A crise mundial do capitalismo e as perspectivas dos trabalhadores. In: COSTA, Edmilson. A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil. São Paulo: Instituto Caio Prado Junior, 2013, p. 27-59. O texto em questão foi originalmente publicado em www.resistir.info (05/02/2009) e *Novos Temas*, Instituto Caio Prado Junior, marco-setembro de 2009, v. 1, N. 1.

⁶ Esta situação encontra-se mais evidente no âmbito da educação superior. Ver: SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. Revista Ensino Superior, UNICAMP. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes> Acesso em: 11/09/2016 02h15. Grupos educacionais Kroton e Anhanguera anunciam fusão. Revista Ensino Superior, UNICAMP. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/notas/grupos-educacionais-kroton-e-anhanguera-anunciam-fusao> Acesso em 11/09/2016 02h01. LELLIS, Marcelo. Sistemas de ensino versus livros didáticos: várias faces de um enfrentamento. Disponível em: <http://abrale.com.br/wp-content/uploads/sistemas-ensino-livros-didaticos.pdf>

Acesso em 11/09/2016 02h41. PAULA, Alisson S. do N. de. A política de educação superior nos governos petistas: a inflexão da Universidade ao Capital. 172p. 2016. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

- ⁷ DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Prevalência do negociado sobre o legislado*. Disponível em: http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6058:prevalencia-do-negociado-sobre-o-legislado&Itemid=207 Acesso em: 15/09/2016. 03h21
- ⁸ O PL 4251/15, por exemplo, “Altera a remuneração, regras de promoção, incorporação de gratificação de desempenho a aposentadoria e pensões de servidores públicos da área de educação” *InformANDES*, Brasília, Abril de 2016, p. 12.
- ⁹ Por exemplo, o PL 3.030 de 2004, que “Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações dele decorrente”, após longa tramitação na Câmara dos Deputados foi aprovado e remetido em 27/04/2015 ao Senado Federal. No Senado Federal, aparece como “Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015 - AGENDA BRASIL 2015”. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120928> Acesso em: 15/09/2016. 03h35. Trata-se de PLC que “regulamenta de forma irrestrita a terceirização de atividade-fim, flexibilizando as relações de trabalho e retirando dos trabalhadores direitos como férias e Fundo de Garantia para aumentar os livros dos patrões”. O *InformANDES*, de abril de 2016, lista ainda os Projetos de Leis Suplementares: 397/15, 327/14 e 513/07 que “estabelecem as normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, enquanto os PLS 327/14 e PLS 513/07 restringem o direito de greve dos servidores públicos, previsto no inciso VII do art. 37 da Constituição Federal. *InformANDES*, Brasília, Abril de 2016, p. 12.
- ¹⁰ Segundo o G1 de 09/09/2016, **Proposta de jornada de trabalho de até 12h provoca enorme repercussão**. “Em linhas gerais, a proposta é a seguinte: as convenções coletivas é que devem determinar como as horas de trabalho devem ser distribuídas ao longo da semana. O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, deu como exemplo que uma categoria pode optar trabalhar mais horas de segunda a sexta-feira, para não ter mais que trabalhar no sábado. Ele disse também que o governo pretende apresentar dois novos modelos de trabalho, além do atual, que é por jornada: são os contratos por produtividade e por horas trabalhadas. Nesse caso do contrato por horas trabalhadas, o 13º, FGTS e férias devem ser pagos de forma proporcional. O ministro ainda falou que é preciso valorizar mais as negociações entre patrões e empregados, em cada área específica. “Não haverá aumento da jornada semanal de 44 horas, assim como não haverá aumento da jornada diária de 8 horas. O que poderá a convenção coletiva é referendar o padrão 12h por 36h ou permitir que o trabalhador faça jornada de 44 horas em 5 dias”, declarou Nogueira”. Disponível em: <http://g1.globo.com/hora1/noticia/2016/09/proposta-de-jornada-de-trabalho-de-ate-12h-provoca-enerme-repercussao.html> 24/09/2016 22h46.
- ¹¹ Diz Rogério Castro: “A forma de enfrentamento (da crise) proposta pela oposição conservadora é a conhecida contenção/supressão de gastos [com a continuidade e até elevação do *superávit primário*, a realização de reformas, como a que desvincula o piso da aposentadoria do salário mínimo ou a que flexibiliza a CLT (o negociado prevalecendo sobre o que determina as leis trabalhistas), mudanças nas contribuições sociais PIS/COFINS, revisão da “cobertura” da estabilidade do emprego no serviço público; é só ler o assustador artigo do “velho-novo salvador-da-pátria” Arminio Fraga para o *Estado de São Paulo*, 13/09/2015, em que o mercador de ilusões propõe, a la Rodrigo Constantino, até mesmo a revisão do capítulo econômico da Constituição Federal, impedindo qualquer regulação do Estado sobre a economia]; é uma terrível mostra do que seria uma política inversa pura de *classe-contra-classe*. Com todas as limitações e erros do consórcio atual de *conciliação de classes*, é preferível este último – e não se trata da subjetiva afirmativa do “mal menor”; objetivamente, todos os membros da sociedade brasileira sofreriam, para o bem ou para o mal, as consequências duma mudança de governo, independente das vontades particulares – ao primeiro; não que se deva encerrar nele os propósitos maiores da esquerda brasileira; mas este pode ser o ponto de partida para uma vindoura transformação superior.” CASTRO, Rogério. *A Crise Brasileira atual*. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/31/a-crise-brasileira-atual/> Acesso em: 17/09/2016. 04h43. Embora concordemos com a análise, não partilhemos da linha “ruim com eles, pior sem eles”avocado nesta passagem.
- ¹² Destaca-se, o PLP 257 (PLC 54) que “Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal” e determina: Art. 3º A União poderá celebrar os termos aditivos de que trata o art. 1º desta Lei Complementar, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal sancionar e publicar leis que determinem a adoção, durante os 24 meses seguintes à assinatura do termo aditivo, das seguintes medidas: I - não conceder vantagem, aumento, reajustes ou adequação de remunerações a qualquer título, ressalvadas as decorrentes de atos derivados de sentença judicial e a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal; II - limitar o crescimento das outras despesas correntes, exceto transferências a Municípios e Pasesp, à variação da inflação, aferida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou por outro que venha a substituí-lo; III - vedar a edição de novas leis ou a criação de programas que concedam ou ampliem incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira; IV - suspender admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, inclusive por empresas estatais dependentes, por autarquias e por fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as reposições decorrentes de vacância, aposentadoria ou falecimento de servidores nas áreas de educação, saúde e segurança, bem como as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa, em qualquer caso sendo consideradas apenas as vacâncias ocorridas a partir da data de assinatura do termo aditivo; e V - reduzir em 10% (dez por cento) a despesa mensal com cargos de livre provimento, em comparação com a do mês de junho de 2014.
- Art. 4º Além do requisito de que trata o art. os Estados e o Distrito Federal sancionarão e publicarão lei que estabeleça normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal do ente, com amparo no Capítulo II do Título VI, combinado com o disposto no art. 24, todos da Constituição Federal, e na Lei Complementar 2000, e que contenha, no mínimo, os seguintes dispositivos: I - instituição do regime de previdência complementar a que se referem os §§ 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição, caso ainda não tenha publicada outra lei com o mesmo efeito; II - instituição de monitoramento fiscal contínuo das contas do ente, de modo a propor medidas necessárias para a manutenção do equilíbrio fiscal; III - instituição de critérios para avaliação periódica dos programas e dos projetos do ente, com vistas a aferir a qualidade, a eficiência e a pertinência da sua manutenção, bem como a relação entre custos e benefícios de suas políticas públicas, devendo o resultado da

avaliação ser tornado público; IV - elevação das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores e patronal ao regime próprio de previdência social para 14% (quatorze por cento) e 28% (vinte e oito por cento) respectivamente, podendo ser implementada gradualmente em até 3 (três) anos, até atingir o montante necessário para saldar o déficit atuarial e equiparar as receitas das contribuições e dos recursos vinculados ao regime próprio à totalidade de suas despesas, incluindo as pagas com recursos do Tesouro; V - reforma do regime jurídico dos servidores ativos e inativos, civis e militares, para limitar os benefícios, as progressões e as vantagens ao que é estabelecido para os servidores da União; e VI - definição de limite máximo para acréscimo da despesa orçamentária não financeira, deduzida dos investimentos e das inversões financeiras, ao montante correspondente à 80% do crescimento nominal da receita corrente líquida do exercício anterior. Parágrafo único. A exigência de que trata o inciso VI deste artigo só será aplicável no caso da despesa orçamentária não financeira, deduzida dos investimentos e das inversões financeiras, ultrapassar 90% da receita corrente líquida.” Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?sessao=5A8A6DE96433B10014EF51ED6633D8C4.proposicoesWeb1?codteor=1445370&filename=PLP+257/2016 Acesso em: 24/09/2016. 23h29.

- ¹³ Heidelberg Institute for International Conflict Research (HIIK). Disponível em: <http://www.hiik.de/en/konfliktbarometer/> Acesso em: 11/09/2016. 05h25.
- ¹⁴ Heidelberg Institute for International Conflict Research (HIIK). *Conflict Barometer – 2015*. Fevereiro de 2016. Disponível em: http://www.hiik.de/en/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer_2015.pdf Acesso em: 11/09/2016, 05h38.
- ¹⁵ (HIIK). *Conflict Barometer – 2015*. Fevereiro de 2016. P. 11-12. Disponível em: http://www.hiik.de/en/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer_2015.pdf Acesso em: 11/09/2016, 05h38.
- ¹⁶ Aznárez, Carlos. *Israel faria empalidecer o próprio Herodes*. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/11901> Acesso em: 15/09/2016. CADIMA, Jorge. *A propaganda bélica é feita de mentiras bem publicitadas*. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/12051> Acesso em: 16/09/2016. 06h35. Disponível também em: <http://terraetempo.gal/artigo.php?artigo=4354&seccion=7> Acesso em: 16/09/2016. 06h35.
- ¹⁷ O fracasso do reformismo e da política de conciliação de classes na América Latina e no Brasil! Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/11974> Acesso em: 15.09.2016. 18h54
- ¹⁸ Esta unidade da América do Sul, vantajosa no enfrentamento ao imperialismo Americano, enfrenta a ambição do empresariado brasileiro. Em 2011 a Carta Capital publica material com o título “Avanço do Brasil assusta vizinhos da América do Sul”: “Nas últimas semanas, empreendimentos bilionários de empresas brasileiras em países da América do Sul, que incluem a construção de uma hidrelétrica no Peru e a exploração de potássio na Argentina, foram suspensos ou enviados a consulta popular. Os desentendimentos, envolvendo a Vale e a Eletrobrás, entre outras empresas, teriam como motivação principal o fato de que os investimentos beneficiariam mais ao Brasil do que os locais onde seriam instalados. A expansão cada vez maior de empresas brasileiras (privadas ou estatais), muitas vezes financiadas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), para outros territórios começa a despertar, em alguns países do continente, uma espécie de sentimento anti-imperialismo brasileiro. “Tenho escutado de parlamentares sulamericanos, de esquerda e direita, que o Brasil adota essa postura, mas também ouço de outros que isso não procede”, diz o deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR), integrante da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O oferecimento de contrapartidas nas negociações, como transferência de tecnologia, garantias de geração de empregos e a escolha de investimentos que interessem à população local, poderia evitar desconfortos na América Latina, segundo o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP), membro da mesma comissão. “As empresas brasileiras devem ter sensibilidade política, econômica e social e não visar apenas o lucro”, aponta. A atuação supostamente agressiva de algumas dessas companhias em outros países da região é apontada como uma das principais causas de atritos. “Esse comportamento visando somente o lucro gera problemas sociais”, afirma Rosinha. No entanto, os esforços do governo brasileiro para a integração do continente, como as ações no Mercosul e na União de Nações Sul-Americanas (Unasul) – organização formada pelos 12 países da América do Sul visando melhores políticas sociais, educação e avanços na infraestrutura -, são elogiados, segundo o deputado. Porém o projeto Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que pretende melhorar as condições estruturais do países construindo gasodutos, oleodutos, hidroelétricas e estradas conectando a região, é acusado por Valente de seguir os interesses das grandes empresas. “Muitos empreendimentos estão atropelando interesses de comunidades locais”. CARTA CAPITAL. *Avanço do Brasil assusta vizinhos da América do Sul*.” Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/avanco-do-brasil-assusta-vizinhos-da-america-do-sul> Acesso em 30/05/2016, 10h36.
- ¹⁹ PCB. *O fracasso do reformismo e da política de conciliação de classes na América Latina e no Brasil!* Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/11974> Acesso em: 16/09/2016. 09h10.
- ²⁰ O Petismo foi traído por sua própria base de apoio. O usurpador é Michel Temer, vice-presidente e aliado do Governo petista nos mandatos Roussef. Em pesquisa que busca avaliar o índice de rejeição do Governo Dilma e a avaliação do Governo Temer, passamos a ter noção da situação. Procurando sondar a aceitação do usurpador, a material revela: “O peemedebista Michel Temer é conhecido por 72% dos brasileiros, sendo que 41% o conhecem só de ouvir falar. Apenas 10% declaram conhecê-lo bem, e 21% o conhecem um pouco. Entre os mais escolarizados, 25% o conhecem bem, índice que cai para 7% entre aqueles que estudaram até o ensino médio, e para 5% entre os que possuem escolaridade fundamental”. DATAFOLHA. *Record! Rejeição à Dilma atinge 65%*.” Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/06/1646136-registre-rejeicao-a-dilma-atinge-65.shtml> Acesso em: 30/05/2016 09h35.
- ²¹ IASI, Mauro. O usurpador e o caminho da usurpação. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal2/11171> Acesso em: 29 de maio de 2016. 17h09. Para uma descrição cuidadosa dos passos que levam ao impeachment, ver CASTRO, Rogério. *A Crise Brasileira atual*. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/31/a-crise-brasileira-atual/> Acesso em: 17/09/2016. 04h43.

²² IASI, Mauro. O usurpador e o caminho da usurpação. Disponível em: <http://pcb.org.br/porta2/11171>. Acesso em: 29 de maio de 2016. 17h09.

²³ Em 11/12/2003 a imprensa Burguesa propaga o que Chama de *Primeira Vitória do Governo Lula: a reforma da previdência*. A reforma da Previdência aprovada hoje em segundo turno pelo plenário do Senado a primeira grande vitória do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso Nacional. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tentou alterar o sistema previdenciário nacional, mas, em oito anos de mandato, só conseguiu implementar mudanças no setor privado referentes aos aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

As mudanças no setor público sempre enfrentaram resistências - inclusive do PT, quando oposição - no Congresso Nacional e nunca chegaram a ser implementadas. As mudanças feitas no INSS foram consideradas satisfatórias e o governo Lula concentrou o foco de sua reforma da Previdência no setor público. O governo calcula que a economia gerada pela reforma nos próximos 20 anos será de R\$ 60 bilhões, dos quais R\$ 47 bilhões virão da União e R\$ 13 bilhões dos estados e municípios”.

TERRA. **Reforma da Previdência: 1 grande vitória de Lula** Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI233134-EI1483,00-TERRAReforma+da+Previdencia+e+grande+vitória+de+Lula.html>

Em InformANDES de abril de 2016, o ANDES apresenta um balanço dos PLs e PEC que atacam direitos e repercutem na continuidade dos serviços públicos. São Listados os: PLS 555/15 que cria o Estatuto das Estatais transformando empresas públicas em sociedades anônimas; O PLP 92/07 que permite que “as fundações estatais de direito privado atuem no desenvolvimento de atividades sem fins lucrativos”; o PLS 397/15 “estabelece as normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”; os PLS 327/14 e PLS 513/07 restringem o direito de greve dos servidores públicos”; o PLC 30/15 (ex-PL 4330), o PL da Terceirização, “regulamenta de forma irrestrita a terceirização de atividades-fim, flexibilização das relações de trabalho e retirada dos direitos como férias e Fundo de Garanti”; PL 4251/15 “Altera a remuneração, regras de promoção, incorporação de gratificação de desempenho e aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação”; PL 867/15 “Propõe o Programa Escola sem Partido, apensado ao PL 7180/2014 “que inclui entre os princípios do ensino o impedimento da manifestação de professores sobre política, questões de gênero e orientação sexual, entre outras, classificando tais manifestações como doutrinação”; PEC 215/00 que “Passa ao Congresso as competências exclusivas de aprovação de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e quilombolas e a ratificação das demarcações já homologadas, deixando na mão de ruralistas o futuro desses povos”; PEC 395/14 “Põe fim ao princípio constitucional da gratuidade das atividades de cursos de especialização (extensão e pós-graduação lato sensu) oferecidas pelas instituições de Ensino Superior (IES) públicas, alterando o inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal”; a PEC 171/93 “Reduz a maioria penal de 18 para 16 anos e altera os artigos 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo que prevê a redução da maioria penal para os crimes considerados hediondos (como estupro e latrocínio), lesão corporal grave e roubo qualificado”; PL 4643/12 “Cria fundo patrimonial nas instituições Federais de Ensino, possibilitando investimento da iniciativa privada”, de pessoa física e jurídica nas IFE”; PL 478/07 “dispõe sobre o estatuto do nasciturno e prevê uma “bolsa-estupro” para as mulheres sexualmente violentadas que ficaram grávidas e mantiverem a gestação”; o PL 1545/ 2011 “penaliza o médico que interromper a gravidez fora das hipóteses existentes na lei atual”. Fonte: ANDES. *Raio X do Congresso Nacional identifica PLs e PEC que atacam direitos*. InformANDES, n. 57, Brasília (DF), abril de 2016, p. 12-13.

²⁴ Em sua Tese de Doutorado, Eurelino Coelho, com base em vasta documentação, analisa o movimento interno do PT do processo de Fundação até à guinada ao transformismo. Ver: COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Feira de Santana: EUEFS Editora; São Paulo: Xamã, 2012.

²⁵ CASTRO, Rogério. *A Crise Brasileira atual*. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/31/a-crise-brasileira-atual/>. Acesso em: 17/09/2016. 04h43.

²⁶ “O fato mais expressivo – e que iria ser responsável pelo maior desgaste ao PT após a sua assunção ao poder – foi o episódio da suposta compra do apoio de deputados por meio de mesada (o chamado “mensalão”). Analisada a questão por um prisma de classe, e sendo essa uma situação interna ao problema da política de alianças (não se pode consentir que deputados que se “põem à venda” tenham convicção ideológica; este é o dado concreto do Parlamento brasileiro, e que, querendo ou não, o PT teve que encaminhar uma solução prática), é possível consentir, olhando a questão a partir do marco maior da efetivação – ainda que assaz moderada – do projeto de conciliação, que tal episódio se inscreveria no marco da ressignificada frase de Maquiavel de que “os fins justificam os meios” (embora haja teses de que as condenações levadas a cabo pelo STF em 2012 foram sem provas, o Supremo sentenciou com pena de prisão o alto escalão do partido). Foi o que, noutro lugar, chamei de “o pedágio (ou o preço) que o PT teve que pagar” para chegar ao poder, ao menos, vale dizer, segundo a leitura que a direção majoritária do partido fez. O fato – que não tivera sido uma invenção do PT (a “compra de apoio” para a emenda da reeleição de FHC seria o caso mais emblemático) – foi, à exaustão, explorado pela mídia, que daria contornos de escândalo inaudito, como se o decoro fosse algo sagrado – e o PT tivesse sido o maior dos hereges – na sociedade que, sem cerimônia, costuma dizer que “todo mundo tem o seu preço”. Em resumo, o fato que se quer evidenciar aqui é que feita a opção pelo caminho das alianças mais amplas – e a maioria dos interlocutores estão menos propensos à ideologia do que a vantagens de todo tipo – uma hora ou outra iria se interpor o problema de como encaminhar a questão no sentido prático-resolutivo. Se com “mensalão”, ou se com “caixa 2”, conforme admitiu à época o ex-presidente do PT José Dirceu, o principal a ser destacado a nosso ver aqui é a subordinação desse mecanismo ao projeto maior – ainda que, como dito, muito tímido e passível de muitas críticas. E isso, em certo sentido, torna a metodologia compreensível, se vista, claro, depurada da hipocrisia burguesa”. CASTRO, Rogério. *A Crise Brasileira atual*. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/31/a-crise-brasileira-atual/>. Acesso em: 17/09/2016. 04h43.

²⁷ “Parear com as grandes máquinas partidárias num país de dimensão continental como o Brasil, com a oposição e a má vontade da grande mídia, certamente não é tarefa fácil. E aqui se interpõe um *problema objetivo*: os custos (em todos os sentidos, de viagem, de material de campanha, etc.). Segundo o historiador e professor da USP, Lincoln Secco, autor de *História do PT*, no

Congresso do Partido em 1996 um grande rebuliço fora causado ao saber-se de que dinheiro de empreiteira havia entrado em campanhas políticas do partido. Aquilo, como a história provou, era o embrião de uma prática que iria se repetir posteriormente. E como capitalismo não rima com filantropia, não seria de se estranhar que a maioria das “doações” de campanhas feitas ao partido não fosse desinteressada; e é aqui que surge o problema atual da chamada “Operação Lava Jato”²⁸. CASTRO, Rogério. *A Crise Brasileira atual*. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/31/a-crise-brasileira-atual/> Acesso em: 17/09/2016. 04h43.

²⁸ “Diferentemente das tradicionais manipulações sutis do noticiário levadas a cabo pela grande mídia – nem tão sutis assim quando analisamos as últimas edições do *Jornal Nacional* da TV Globo, ou vemos a superação, a cada nova edição, da panfletária *Vêja* –, um polo alternativo passou a dizer – via blogs e com a ajuda inoculadora das redes sociais – em alto e bom som aquilo que o suposto código de boa conduta jornalística das tradicionais redes de TV, rádio e jornais muitas vezes não podia dizer abertamente. Refiro-me aos sites *O Antagonista*, *O Implicante*, *Spotniks*, *Folha Política*, *Diário do Brasil*, *Mídia sem Máscara* e outras várias páginas na rede social *Facebook*. Esse teria sido o efeito contrário, e inesperado, ao da democratização da informação (via internet) almejado pela esquerda. Na selva em que se tornou a internet para o cidadão médio, isto é, aquele cidadão incapaz de captar o DNA político da informação que lhe corre a tela (isto é, uma imensa parcela da população), sites e mais sites passaram a bombardear notícias difamatórias – muitas delas falsas, inclusive – sobre o governo, o PT e a esquerda (os ataques ao deputado do PSOL Jean Wyllys servem para ilustrar o que se diz aqui); e a cada replique – ou compartilhamento, para ser mais afeito à linguagem cibernética – a corrente de caráter conservador e/ou reacionário é adensada”. O autor destaca, ainda, “os grupos para a ação prática conservadora (MBL, Vem Pra Rua, Revoltados Online), com atuação nas redes sociais, bem como todo o quadro geral do mercado editorial de livros, da posição abertamente conservadora de articulistas em postos estratégicos da mídia” que contribuem para o avanço da onda conservadora. CASTRO, Rogério. *A Crise Brasileira atual*. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/31/a-crise-brasileira-atual/> Acesso em: 17/09/2016. 04h43.

²⁹ O balanço dos lucros dos bancos podem ser seguidos em várias matérias espalhadas pelos diferentes informativos na internet, evidenciando – sob variadas perspectivas – as vantagens obtidas pelos bancos nos últimos 14 anos. É interessante notar como os jornais da rede de comunicações Globo destacaram as perdas dos bancos no último período. Em 13/05/2016, o Portal G1 – Economia publicou a matéria: *Lucro de bancos no Brasil cai mais de 20% no 1º trimestre*. O subtítulo: “Lucro de 13 bancos somou R\$ 13,17 bilhões, aponta Economática. Trata-se do menor resultado desde o 3º trimestre de 2014. A queda destacada, obviamente, considera os dados de 2015 de lucros de 17,79 bilhões no Segundo semestre de 2015 para os 12 maiores bancos, contra 13,17 bilhões de lucro no primeiro trimestre de 2016”. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/lucro-de-bancos-no-brasil-cai-mais-de-20-no-1-trimestre.html> Acesso em: 18/09/2016. 03h26. Para que compreendamos as bases do drama que as organizações Globo quiseram destacar, em 17/08/2017, o Portal *O Vermelho* publicou uma pequena matéria com o título: *Lula e o lucro recorde dos bancos*. Na referida matéria, diziam: “Festejado pelos banqueiros e justificado pelo presidente Lula, estes balanços representam um afronta à sociedade brasileira, uma autêntica provocação. Como argumenta o sociólogo Léo Lince, “são dados que afirmam o Brasil como verdadeiro paraíso dos banqueiros, onde a extorsão financeira nada de braçada”. O pior é que este quadro não se inverteu no governo Lula e, pior, tem se agravado. Tendo como base o primeiro semestre, em 2004 o Itaú teve um lucro de R\$ 1,824 bilhões; em 2005, de R\$ 2,474 bilhões; em 2006, de R\$ 2,958; e, agora, chegou a R\$ 4,016 bilhões. A progressão do Bradesco, segundo no ranking, não foi diferente neste período e ambos garantem que vão lucrar ainda mais no próximo semestre.” Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=986&id_coluna=8 Acesso em: 18/09/2016 03h18. A progressão criticada por um dos partidos da base aliada do governo é ressaltada em matéria da Revista Exame publicada em 13/08/2013: *Os 10 maiores lucros da história dos bancos no Brasil*. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/os-10-maiores-lucros-da-historia-dos-bancos-no-brasil>. Acesso em 18/09/2016 02h45. O Boletim de Conjuntura do DIEESE evidencia: “o único setor cujas empresas vêm apresentando bons desempenhos é o bancário. Depois de acumularem lucros muito maiores em 2014 (o do Itaú foi 30% maior e o do Bradesco, 25%), apesar da estagnação econômica geral, os balanços do primeiro trimestre de 2015 atestaram novos aumentos dos lucros. Isto é, na comparação do primeiro trimestre deste ano com o do ano passado, o lucro do Itaú cresceu 30% e o do Bradesco, 23,3%. Com as operações de tesouraria, os bancos são os grandes favorecidos pela elevação da taxa básica de juros”. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2015/boletimConjuntura004.pdf> Acesso em 18/09/2016. 05h14. Ver também: DIEESE. Desempenho dos bancos em 2014. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos2014.pdf> Acesso em: 18/09/2016. 02h28.

³⁰ Os dados da construção civil não são facilmente extraíveis e aparecem apenas associados ao quadro de crise do último período. A Revista Exame, em material divulgada em 11/07/2015, anuncia o volume das perdas e neles, temos dados quanto aos ganhos do período neste setor: “O mercado brasileiro de construção civil vive uma crise sem precedentes. Segundo levantamento de MELHORES E MAIORES, a rentabilidade do setor caiu de 11,2% em 2013 para 2,3% em 2014. Apenas três das 23 empresas de construção classificadas entre as 500 maiores do país conseguiram crescer no último ano. A Odebrecht, a maior delas, teve queda de 32% nas vendas”. Exame. *Construção civil vive crise sem precedentes no Brasil*. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/109202/noticias/a-crise-e-a-crise-da-construcao> Acesso em 18/09/2016. 03h55. Trata-se, entretanto, de um setor que vem sendo especialmente acompanhado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=53 Acesso em: 18/09/2016. 04h03. Os dados do PIB da Construção civil podem ser obtidos também em: CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Disponível em: <http://www.cbicdados.com.br/menu/pib-e-investimento/pib-brasil-e-construcao-civil> Acesso em 18/09/2016. 04h03. O melhor relatório que encontramos esta nos dados do DIEESE dos anos de 2010 e 2013. Destaca o DIEESE: “De acordo com o IBGE, a Construção Civil cresceu 14,9% no primeiro trimestre de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, taxa inferior somente à registrada na Indústria de Transformação (17,2%) e no Comércio (15,2%)”, sendo este o setor”. Em outra passagem: “a Construção Civil tem sido um dos principais carros-chefe do crescimento econômico atual, impulsionada pela recuperação dos investimentos, maior facilidade de acesso ao crédito e prorrogação da isenção do Imposto sobre Produto Industrializado – IPI para material de construção até dezembro de 2010. Como resposta ao

dinamismo do setor, o número de postos de trabalho na Construção Civil ampliou-se, juntamente com o crescimento do rendimento médio real, no *primeiro semestre de 2010, na maioria das regiões pesquisadas.* DIEESE. Crescimento do setor da construção civil favorece a expansão de postos de trabalho e de rendimento. *Boletim Trabalho e Construção.* Disponível em: <http://www.dieese.org.br/boletimtrabalhoeconstrucao/2010/2010boletimConstrucaoCivil4.pdf> Acesso em: 18/09/2016 04h31. Ver também: DIEESE. *Estudo setorial da construção.* Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2012/estPesq65setorialConstrucaoCivil2012.pdf> Acesso em 18/09/2016 04h36.

³¹ Trata-se de um setor que passou por profundas transformações no último período. Dados do *Boletim de Conjuntura do DIEESE* de Agosto de 2015 evidenciam que “O Valor Bruto da Produção (VBP) do agronegócio, índice que calcula a renda esperada da agricultura patronal e da agricultura familiar, projetado em julho como estimativa para 2015, é de R\$ 463,3 bilhões. Do total estimado, R\$ 295,1 bilhões são das lavouras e R\$ 168,1 bilhões da pecuária. As exportações do agronegócio (soma do patronal e da agricultura familiar) atingiram, em junho de 2015, US\$ 9,13 bilhões. As importações somaram US\$ 1,06 bilhão, o que resultou em saldo positivo de US\$ 7,61 bilhões.” DIEESE. *Boletim de Conjuntura.* Disponível em: <http://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2015/boletimConjuntura004.pdf> Acesso em: 18/09/2016 05h03.

³² Conforme explica claramente o *Boletim de Conjuntura do DIEESE*: “A dívida pública, do ponto de vista técnico, é uma forma de complementar o financiamento do Estado. Se houver necessidade para investimentos em setores estratégicos e, dependendo das condições, não há nada errado no fato de um país, estado ou município se endividar. A dívida, em si, pode e deve ser usada para atender ao interesse público, observadas, principalmente, as condições de custo e prazo.

O problema é quando a dívida representa a drenagem sistemática e expressiva de recursos públicos. Dessa forma, a dívida torna-se um mecanismo de transferência de recursos públicos em benefício dos rentistas, embora a forma de gestão “parcimoniosa” do débito e com pagamentos regulares apareça como existência técnica para o bom funcionamento da economia. A política de superávit primário, por exemplo, visa fazer poupança para pagar os credores da dívida pública. Retira da saúde e educação, ciência e tecnologia, dos investimentos etc. recursos para pagar compromissos com banqueiros e aplicadores financeiros, prejudicando os interesses da população de forma geral, marcadamente da população de baixa renda, mais pobre, mais dependente dos serviços públicos. No entanto, a ideia que se incute na sociedade é de que o país deve gerar superávit primário, caso contrário, enfrentará problemas insolúveis nas contas públicas.

Essa lógica tem frágil base técnica, mas é uma forte construção político-ideológica cultivada ao longo dos anos, da qual derivam políticas governamentais - especialmente referentes à gestão financeira e orçamentária - muito praticadas e consolidadas. Quando o governo reduz o superávit primário, há uma indignação geral da grande mídia, jornais, redes de TV e rádios, embora os cortes orçamentários para gerar os superávits possam representar cortes importantes nos gastos sociais.

Critica-se, por exemplo, o Programa Bolsa Família, extremamente barato, que, com 0,5% do PIB, retira 55 milhões de pessoas do flagelo da fome, enquanto pouco se fala que o financiamento da dívida pública, com esse patamar de taxa de juros, transfere anualmente 6% ou mais do PIB para basicamente 20 mil famílias.” Disponível em: <http://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2015/boletimConjuntura004.pdf> Acesso em 18/09/2016. 05h34.

³³ CASTRO, Rogério. *A Crise Brasileira atual.* Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/31/a-crise-brasileira-atual/> Acesso em: 17/09/2016. 04h43.

³⁴ Os dados do DIEESE acerca das greves nos serviços públicos são os seguintes: 251 greves em 2008, 269 greves em 2010, 325 em 2011, 410 em 2012 e 933 em 2013. Na esfera privada temos 266 greves em 2009, 176 em 2010, 227 em 2011, 464 em 2012 e 1106 em 2013. Não localizei balanços dos anos de 2014, 2015 e 2016, coincidentemente, os anos mais acirrados das disputas eleitorais nos quais restou reduzido o apoio popular ao Partido dos Trabalhadores e ao Governo de Coalizão. Fontes: DIEESE. *Balanço das Greves (2009, 2010, 2011, 2012 e 2013).* Disponível em: <http://www.dieese.org.br> Acesso em 18/09/2016. 21h59. O ano de 2013 vê estourar em plena *Copa das Confederações* as chamadas *Jornadas de Junho*, que disseminam-se por todo o Brasil, marcadas por marchas, “ocupações urbanas, quebra-quebras, interrupções de ruas, cortes de rodovias, tomadas de prédios públicos, vigílias em defas de Amarildo, manifestações contra a Copa do Mundo, rolezinhos nos grandes shoppings. Um balanço das análises destes movimentos indicadores do acirramento da crise econômica e política no Brasil podem ser obtido na obra SAMPAIO Jr., Plínio (org). *Jornadas de junho: a revolta popular em debate.* São Paulo: Instituto Caio Prado Jr, 2014.

³⁵ O aparato legislativo, jurídico e policial posto em movimento neste período é particularmente destacável, marcado pela produção de forças policiais especializadas e equipadas com equipamentos de contenção de movimentos de massa especialmente utilizados durante as manifestações que ocorreram na *Copa das Confederações* e na *Copa do Mundo*. Denúncias de abuso são continuamente divulgadas pelos meios de comunicação alternativa da internet, nos quais destacam-se, especialmente, o descumprimento dos direitos civis de expressão, de conhecimento das justificativas para a prisão, de contato com familiares e advogados. A absorção dos *megaeventos* pelo Governo Brasileiro, requisito essencial para o desenvolvimento das indústrias da construção civil, do turismo, da hotelaria, da alimentos e bebidas, dos transportes (em especial a indústria da aviação civil) demandou alterações importantes no marco legal dos direitos civis, destacando-se aí a *Lei Antiterrorismo*. Entre os direitos civis atingidos pelos megaeventos esportivos, a retirada dos locais de moradia para dar lugar a grandes empreendimentos econômicos pelas *Remoções Olímpicas* são impressionantes pelo montante de pessoas atingidas. Dados apresentados por Flavia Milhorce fazem referência a 15 milhões de pessoas removidas e desrespeitadas em seus direitos em todo o mundo, por conta dos megaeventos. Disponível em <https://pcb.org.br/porta2/11121> Acesso em 29/05/2016 14h41.

³⁶ Além as já referidas *Jornadas de Junho*, não podemos deixar de citar os movimentos de ocupação de escolas. Ver, por exemplo: *Ocupação de 182 escolas em SP vira teste de resistência de Alckmin.* El País – Brasil. 22.11.2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/27/politica/1448630770_932542.html Acesso em: 24/09/2016. 23h58.

³⁷ A expressão mais violenta da repressão ao movimento dos professores ocorreu no Estado do Paraná patrocinada pelo Governo de Beto Richa do PSDB em abril de 2015 (Ver: *Portal Vermelho. Violência e repressão marcam a greve dos professores do Paraná.* Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/263076-8> Acesso em: 18/09/2016 06h02. Na Bahia, *A violência do Governo Rui Costa contra professores e estudantes da Uesb* é denunciada em material de agosto de 2016 no site da ADUSB seção sindical do

ANDES – SN. Disponível em: <http://www.adusb.org.br/web/page?slug=news&id=8503&pslug=#.V95YZBRqapU> Acesso em: 18/09/2016. 06h05.

- ³⁸ Não podemos deixar de destacar o avanço de corporações religiosas assentadas em princípios conservadores e até mesmo reacionários, boa parte delas ocupando posições no Congresso Nacional.
- ³⁹ Esta popularidade em decadência foi atentamente medida pelos órgãos do Capital. Em pesquisa realizada em 24/04/2014, o índice de reprovação do Governo é de 25% (Ruim ou Péssimo). Entre os motivos para a reprovação encontram-se a saúde, educação e área econômica. Em 29/06/2013, período do ápice da onda de protestos, o índice de reprovação é de 25%. Entre 17 e 18/06/2015 atinge o índice de 65%. DATA FOLHA. Opinião Pública – Avaliação de Governo. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/index.shtml> Acesso em: 30 de maio de 2016. 08h51. Ver também: DATA FOLHA. Opinião Pública – Avaliação de Governo. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/index.shtml> Acesso em: 30 de maio de 2016. 08h51
- Por sua vez, o *Estado de São Paulo* produz o *Basômetro*. (Estadão Dados) Sob esta alcunha, o grupo *Estadão* promoveu o desenvolvimento de instrumento que permitiu (claramente a serviço de interesses conservadores) a vigilância da posição das bancadas de Deputados e Senadores no Congresso Nacional. Em “Entenda como foi feito o Basômetro” explica-se: “O basômetro é uma ferramenta interativa que permite medir o apoio dos parlamentares ao governo e acompanhar como eles se posicionam nas votações legislativas. Cada um é representado por uma bolinha com a cor do partido. Quanto mais próxima ela está do governo (no alto) maior é a taxa de governismo” (ESTADÃO DADOS, 2016) O instrumento interativo permite visualizar a movimentação das bancadas a favor ou contra o Governo a cada votação, permitindo ao capital controlar a fidelidade daqueles a quem financiou as campanhas. ESTADÃO DADOS. Basômetro. Disponível em: <http://estadaodados.com/basometro/> Acesso em: 29 de maio de 2016. 19h41.
- ⁴⁰ ESTATÍSTICAS ELEITORAIS. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado> Acesso em: 29 de maio de 2016. 18h54
- ⁴¹ Momentaneamente erguido por uma militância aguerrida e promessas mirabolantes que se mostraram mentirosas nos primeiros meses após as eleições de 2014, este apoio popular decaiu severamente ao longo do mandato, impulsionado por um intenso combate das empresas que detêm a Concessão Pública das telecomunicações no Brasil, a partir de denúncias de corrupção na Petrobrás em sucessivos vazamentos da operação conhecida como *Lava a Jato*, silenciando sobre o comprometimento dos demais partidos e produzindo a imagem do Partido dos Trabalhadores como uma gangue de corruptos. Conhecendo o movimento dos dados, a direita dá o bote no instante de maior fragilidade do Governo, protocolando mais de 13 pedidos de Impeachment.
- ⁴² A análise dos gráficos do *Basômetro* evidencia que nos dois mandatos do Governo Lula, o ex-presidente contava com apoio superior a 78% dos parlamentares na Câmara Federal. Nos dois mandatos do Governo Dilma ocorre um importante deslocamento desta base de apoio na Câmara, de forma a que no primeiro mandato o apoio à presidente tenha variado entre os 60% e 68%, decaindo no Segundo mandato até o a crise que levou a impeachment.
- Sob a alcunha de “Basômetro” (Estadão Dados), o grupo *Estadão* promoveu o desenvolvimento de instrumento que permite a vigilância da posição das bancadas de Deputados e Senadores no Congresso Nacional. Em “Entenda como foi feito o Basômetro” explica-se: “O basômetro é uma ferramenta interativa que permite medir o apoio dos parlamentares ao governo e acompanhar como eles se posicionam nas votações legislativas. Cada um é representado por uma bolinha com a cor do partido. Quanto mais próxima ela está do governo (no alto) maior é a taxa de governismo” (ESTADÃO DADOS, 2016) O instrumento interativo permite visualizar a movimentação das bancadas a favor ou contra o Governo a cada votação, permitindo ao capital controlar a fidelidade daqueles a quem financiou as campanhas. ESTADÃO DADOS. Basômetro. Disponível em: <http://estadaodados.com/basometro/> Acesso em: 29 de maio de 2016. 19h41.
- ⁴³ SCHREIBER, Mariana. **Ajuste fiscal x 'pátria educadora': entenda os cortes anunciados pelo governo.** Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150108_corte_contas_ms_lgb Acesso em: 29 de maio de 2016. 19h07.
- ⁴⁴ Diversos intelectuais vêm a público denunciar o *impeachment* como um *Golpe de Estado*. É o caso de entrevista concedida por Osvaldo Coggiola à acessoria de imprensa da SEDUFMS. COGGIOLA, Osvaldo. *Historiador diz que impeachment esconde Golpe de Estado*. Disponível em: <http://sedufsm.org.br/index.php?secao=noticias&id=4006> Acesso em: 25/09/2016 01h26. Também assume esta posição LOWY, Michel. *O golpe de Estado de 2016 no Brasil*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/> Acesso em: 25/09/2016. 01h36.
- ⁴⁵ Fundação Ulisses Guimarães. PMDB. *Uma ponte para o futuro*. Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf Acesso em: 25/09/2016 00h35.
- ⁴⁶ O tom autoritário e impositivo da proposta – da qual resta excluída qualquer consulta popular – é evidente já nas primeiras linhas de introdução ao documento, no qual destacamos em itálico as passagens mais emblemáticas: “Este programa destina-se a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos. Em busca deste horizonte nos propomos a buscar a união dos brasileiros de boa vontade. O país clama por *pacificação*, pois o aprofundamento das divisões e a disseminação do ódio e dos ressentimentos estão inviabilizando os consensos políticos sem os quais nossas crises se tornarão cada vez maiores. Todas as iniciativas aqui expostas constituem *uma necessidade*, e *quase um consenso*, no país. A inércia e a imobilidade política tem impedido que elas se concretizem. A presente crise fiscal e, principalmente econômica, com retração do PIB, alta inflação, juros muito elevados, desemprego crescente, paralisação dos investimentos produtivos e a completa ausência de horizontes estão obrigando a sociedade a encarar de frente o seu destino. Nesta hora da verdade, em que o que está em jogo é nada menos que o *futuro da nação*, impõe-se a formação de uma *maioria política*, mesmo que transitória ou circunstancial, *capaz, de num prazo curto, produzir todas estas decisões na sociedade e no Congresso Nacional*. não temos outro caminho a não ser procurar o entendimento e a cooperação. A nação já mostrou que é capaz de enfrentar e vencer grandes desafios. Vamos *submetê-la* a um novo e decisivo teste. O sistema político brasileiro deve isso à nossa imensa população.” Disponível em:

- Fundação Ulisses Guimarães. PMDB. *Uma ponte para o futuro*. Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf Acesso em: 25/09/2016 00h35.
- ⁴⁷ Embora a mídia global esforce-se para ocultar os índices de rejeição a Temer, podemos localizar matérias sobre o assunto, por exemplo, referents à abertura dos jogos olímpicos Rio 2016 e a censura aos manifestantes que expressaram abertamente esta rejeição. Ver: MELO, Débora. *O "Fora Temer" e a censura nas Olimpíadas*. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-fora-temer-e-a-censura-nas-olimpiadas> Acesso em: 25/09/2016. 00h17. IG Agência Brasil. *Manifestantes pedem o "Fora Temer" na Avenida Paulista*. Fonte: Último Segundo - iG @ <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2016-09-18/fora-temer-paulista.html> Acesso em: 25/09/2016. 00h23.
- ⁴⁸ CASTRO, Rogério. *Dilma é derrubada. Cai também a tese da democracia*. *Blog da Boitempo*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/09/09/dilma-e-derrubada-cai-tambem-a-tese-da-democracia/> Acesso em: 15/09/2016. 05h19.
- ⁴⁹ A tese central defendida pelo Partido dos Trabalhadores que atravessa algumas análises à esquerda é expressa da seguinte forma: “Impeachment sem crime de responsabilidade cometido diretamente pelo agente político nada mais é do que golpe. Como bem ressalta o jurista Cláudio Lembo, a partir dos anos 90 os golpes militares na América Latina foram substituídos por essa nova forma político-jurídica de desrespeito à vontade popular. Como aponta o ex-governador de São Paulo, somente até 2007, dez presidentes foram destituídos por meio de juízos políticos na América Latina. Um instrumento criado para retirar do poder agentes que cometessem crimes graves contra o Estado e a democracia acabou banalizado como uma nova arma das elites tradicionais para remover do cargo presidentes que contrariem seus interesses.” GUIMARAES, José. *Impeachment é golpe contra a democracia*. O GLOBO. 21.12.2015. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2015/12/impeachment-e-golpe-contra-democracia.html> Acesso em: 25/09/2016. 01h47.
- ⁵⁰ CASTRO, Rogério. *Dilma é derrubada. Cai também a tese da democracia*. *Blog da Boitempo*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/09/09/dilma-e-derrubada-cai-tambem-a-tese-da-democracia/> Acesso em: 15/09/2016. 05h19.
- ⁵¹ IASI, Mauro. *O usurpador e o caminho da usurpação*. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal2/11171> Acesso em: 29 de maio de 2016. 17h09.
- ⁵² IASI, Mauro. *O usurpador e o caminho da usurpação*. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal2/11171> Acesso em: 29 de maio de 2016. 17h09.
- ⁵³ Fechamos este artigo a 15 dias do *impeachment* de Dilma Rousseff, sob o impacto dos vexaminosos *Power Point* do Procurador da República Dallagnol.
- ⁵⁴ Unidade Classista. 22 e 29/09 – Unir as Lutas para Emancipar a Classe! Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/12075> Acesso em 16/09/2016. 05h27.
- ⁵⁵ Unidade Classista. *Greve geral de 180 milhões de trabalhadores indianos*. Disponível em: <http://csunidadeclassista.blogspot.com.br/2016/09/greve-geral-de-180-milhoes-de.html> Acesso em: 16/09/2016. 06h10. A Euronews anuncia: *Greve geral à vista em França*. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2016/05/25/greve-geral-a-vista-em-franca> Acesso em: 16/09/2016. 06h19.
- ⁵⁶ No Brasil, escrevemos este editorial no momento em que as principais Centrais Sindicais convocam *Dia Nacional de Paralisação e Mobilização das Categorias*. Indica-se paralisações, passeatas e marchas em todos os Estados, nos dias 22 e 29/09. Esta notícia foi divulgada pela Unidade Classista: *22 e 29/09 – Unir as Lutas para Emancipar a Classe!* Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/12075> Acesso em 16/09/2016. 05h27. A mesma notícia aparece na página da CSP Conlutas: *Reunião ampliada dos servidores define calendário de lutas das próximas semanas*. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2016/09/reuniao-ampliada-dos-servidores-define-calendario-de-lutas-das-proximas-semanas/> Acesso em: 16.09/2016. 05h52. Na página da Intersindical, encontramos a chamada: *Dia 29 de setembro é dia nacional de paralisação dos metalúrgicos - ampliar a luta em defesa da aposentadoria, contra os ataques dos patrões e de Temer aos direitos e salários da classe trabalhadora* (disponível em: <http://www.intersindical.org.br/mobilizacao/noticias2/item/1248-dia-29-de-setembro-e-dia-nacional-de-paralisacao-dos-metalurgicos-ampliar-a-luta-em-defesa-da-aposentadoria-contra-os-ataques-do-patroes-e-de-temer-aos-direitos-e-salarios-da-classe-trabalhadora> Acesso em 16/09/2016 05h48). Na página da CUT, encontramos a referência ao *Dia Nacional de Paralisação e Mobilização das Categorias*. Disponível em: <http://cut.org.br/noticias/manter-direitos-trabalhistas-e-sustentar-a-democracia-fc4b/> Acesso em: 16.09.2016 05h33. Na página da CTB não há qualquer referência aos dias 22 ou 29/09. A mesma situação ocorre na página da Força Sindical ou União Geral dos Trabalhadores. Entre as notícias ou na página da agenda destas Centrais, até 16/09/2016 as 05h41, não há qualquer referência aos dois dias de luta noticiados pela Unidade Classista, pela CSP Conlutas e pela Intersindical. Esta situação evidencia as dificuldades reais decorrentes de um aparato sindical burocratizado e descolado das necessidades reais da classe trabalhadora.
- ⁵⁷ Unidade Classista. 22 e 29/09 – Unir as Lutas para Emancipar a Classe! Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/12075> Acesso em 16/09/2016. 05h27.
- ⁵⁸ Imediatamente depois do acontecimento que surpreendeu todo o mundo político como um raio caído de um céu sereno, condenado por uns com gritos de indignação moral e aceite por outros como tábua de salvação contra a revolução e como castigo pelos seus extravios, mas contemplado por todos com assombro e por ninguém entendido, imediatamente depois deste acontecimento Marx surgiu com uma exposição breve, epigramática, em que se explicava a sua conexão interna toda a marcha da história francesa desde as jornadas de Fevereiro, se reduzia o milagre de 2 de Dezembro a um resultado natural e necessário desta conexão, e não era necessário tratar o herói do golpe de Estado a não ser com o desprezo que plenamente tinha merecido. E o quadro foi traçado com tanta mestria que cada oca revelação tornada pública desde então nada mais fez do que fornecer novas provas de quão fielmente ele reflecte a realidade. Esta iminente compreensão da história viva do dia-a-dia, esta penetração

clara nos acontecimentos, o próprio momento em que se produzem é, de facto, exemplar. ENGELS, F. “Prefácio à 3ª Edição Alemã” de 1885.

- ⁵⁹ Sobre o assunto, ver *ANDES-SN divulga crítica à BNCC e cartilha sobre Projeto do Capital para a Educação*. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8031> Acesso em 25/09/2016. 10h39.
- ⁶⁰ BEZERRA, Fábio. *A “Contra-Reforma” do Ensino Médio. A que interesses atende?* Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/12160> Acesso em 25/09/2016. 10h30.
- ⁶¹ LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- ⁶² Sobre o assunto ver o *InformANDES* especial de maio de 2016. *Os impactos privatistas do Marco Legal de Ciência, tecnologia e Inovação*. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-2073464593.pdf> Disponível em: 25/09/2016 10h51.
- ⁶³ PEIXOTO, E. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Conferência proferida durante o Congresso comemorativo dos 70 anos da UFBA e durante o Seminário comemorativo dos 30 anos do HISTEDBR. (MIMEO), 15/07/2016.
- ⁶⁴ A título de exemplo, o último Edital aberto: CAPES. Edital N° 13/2016. *Edital para apoio financeiro à editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros*. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01052015-Edital-13-Editoracao-2016.pdf> Acesso em 11/09/2016. 04h27.
- ⁶⁵ MARX, Karl. *Ad Feuerbach (1845)*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.